



## Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

<b>Ata da 105ª Reunião Ordinária do Comitê do Lago Guaíba</b>	Data: 21 de março de 2017
	Horário: 14h00min
	Local: Auditório do IRGA - Porto Alegre
Presidida por: Manuel Salvaterra e Paulo Germano	Secretariada por: Kelli Nascimento Andrade
<b>Membros:</b> Airana Ramalho do Canto - DMAE; Lariane Schossler de Brites - CORSAN; Paulo Cesar Cardoso Germano - CORSAN; Antonio Carlos Pedreira - PREFEITURA DE GUAÍBA; Carlos Fabiano Alteneta Garss - DMAE; Guinver Machado Bandeira - CORSAN; Eduardo Fleck - DMLU; Ivo Lessa Silveira Filho - SINDICATO RURAL DE GUAÍBA; Clóvis Zimmer - SINPASUL; Fernando Machado - SINDIBRITAS; Sandro Alex de Almeida – AGABRITAS; Laércio Thadeu P da Silva - SINDAREIA; Astélio J B Santos - VELEIROS DO SUL; Eduíno de Mattos - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA 10 DE JUNHO; Lothar Adalberto Markus - ACOMBA; Edna Yara M Salgado - ACOMBA; Alpha Rosa Teixeira - LIONS CLUBE; João Torres - ROTARY CLUB; Ivo Kraspenhaur - LIONS CLUBE; Suzana Medianeira Lunardi - EMATER/RS; Ibi Frimm Krieger - IFRS; Kathia V Monteiro - INSTITUTO AUGUSTO CARNEIRO; Gecira Teles - MIRA SERRA; Ilgo Kopplin - APTA; Manuel Salvaterra - APEQ/RS; Fernando C Scottá - AGP/RS; Ana Elizabeth Carara - ABES/RS; Ana L P F Cruz – SINDIÁGUA; Maximiliano F Neto - SENGE; Ricardo Machado Kroeff - IRGA; Cláudia P. Lacerda de Azevedo - SES; Adriano de Souza Schorr - CPRM; Alberto N Becker – COMANDO AMBIENTAL BRIGADA MILITAR	
<b>Convidados:</b> Ivam Luis Zanette - AGABRITAS; Marlos Batista - CODEX REMOTE; Araquen P D Telles - SINDICATO RURAL DE VIAMÃO; Giovani de Oliveira - SISTEMA FARSUL; Verônica Della Mea - IBRAM; Fernanda Souza - SOMAR; Ana Flávia P Rocha - CODEX REMOTE; Maurício Colombo - PM Viamão; Alexandre Bugin – ABES/RS; Carmem Silva - CRH; Angela B Thums – SEMA; Hilberto C. Schourich – SEMA; Marilene Conte – FIERGS; Maria Patricia Mollmann – SEMA; Tiago J P Neto – FIERGS; Eduardo R Quadros – AMA GUAÍBA; Leandro Ávila – SERGS; Walter Fichtner – FIERGS; Cristiano Weber – FIERGS; Milton L Asmus – CONSÓRCIO FURG; Tatana S Silva – CONSÓRCIO UFRGS; Tânia Sette – FIERGS/CONAGRO; Jauber V Falkenberg – SEAPI; Patricia A Corrêa – BRASKEM/COMITÊ CAÍ; Altair Hommerding – SEAPI; Miriam T H Aquino – ARQUITETA/AGROPECUARISTA; Rodrigo L Muller – FUNERÁRIA SÃO CRISTÓVÃO, Marcelo C Rosa – SENAR-RS; Nino Tuchtenagen – PRODUTOR RURAL; Daniela F Silva – IFRS/POA; Suzana L Nascimento – IFRS/POA; Margô G Antônio – AGEFLOR; Aline Hentz – IFRS/POA; Carlos R Baumont – IFRS/POA; Daniele S Pereira – IFRS/POA; Paula Lavratti – TL ADVOGADOS; Jorge K Ney – CODEMA/IKROS; Cecília J B Souza – UFRGS; Pedro Dall Acqua – SOP/RS; Gilberto F S Junior – SMMA/Viamão; Sérgio A D Borba – GRUPO PRODUTORS DE ARROZ NOVA SANTA RITA; Sheila m B Silveira – AMA GUAÍBA; Rodrigo Oliveira – FEMSA; Camila Machado – FEMSA; Ricardo L Almeida – SENAR-RS; Carlos E B Nunes – SINDARROZ; Luciene Schuch - VIVA GUAÍBA; Rene Caraméz – HAR; Francisco Schardong – FARSUL/SR TRIUNFO; Starly J Tarangar – SEPLAN; Iporã Brito Possatti; Mônica Dutra - IFRS/POA; Matheus S Peixoto - IFRS/POA; Andreia G Del - IFRS/POA; Villar da Cruz; Luciana Anele – FEPAM; Juliana Pretto – SOUTO CORRÊA ADV; Luiz F Costa – SINDUSCON/RS; Marília Lopes – SIND RURAL DE BARRA DO RIBEIRO; Fernando Hartmann – SERGS; Sérgio V Ferreira – PRODUÇÃO RURAL TAPES	

- 1 Aos vinte e um dias do mês de março de 2017, às 14h00min, ocorreu a 105ª Reunião Ordinária do  
2 Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, no Auditório do Instituto Rio-  
3 grandense do Arroz (IRGA), localizado na Avenida Missões, nº 342, bairro São Geraldo, Porto Alegre,  
4 RS, com a pauta:
- 5 **1. Aprovação da Ata da 104ª Reunião Ordinária, ocorrida no Auditório do IRGA, em**  
6 **22/11/2016**
  - 7 **2. Relato DMAE/CORSAN: tratativas a respeito do evento de gosto e odor na água**
  - 8 **3. Oficina de Pré-diagnóstico do Zoneamento Ecológico e Econômico do RS – ZEE/RS**
  - 9 **4. Expediente**
  - 10 **5. Assuntos Gerais**

*Água: recurso precioso e finito*



11 O representante do Sindicato Rural de Guaíba e Conselheiro do IRGA, Sr. Ivo Lessa deu as boas  
12 vindas aos presentes, falou da importância do acompanhamento das etapas do Zoneamento  
13 Ecológico Econômico do RS - ZEE/RS solicitou que todos atentassem para a relevância do trabalho,  
14 disse que são quatro fases para as quais o Comitê foi convidado a participar, que no final do ano  
15 poderiam verificar os resultados do ZEE-RS, desejou boa reunião e agradeceu ao Presidente Manuel  
16 Salvaterra pela oportunidade. O Presidente, por sua vez, agradeceu ao representante do IRGA, Sr.  
17 Ricardo Kroeff, pela cedência do espaço. Ricardo Kroeff agradeceu, em nome da Diretoria, a  
18 presença de todos, disse que o IRGA estava à disposição, que a Diretoria estava participando da  
19 EXPOAGRO em Rio Pardo. Ressaltou que o IRGA tem a maior boa vontade de que as coisas  
20 aconteçam da forma mais harmônica possível entre produtores de arroz, setor produtivo da cadeia  
21 oricícola e toda sociedade, que trabalham com recurso delicado, no caso, água, que quando  
22 enxergam um avião trabalhando em cima da água, as pessoas ficam preocupadas com o que pode  
23 estar sendo feito, que o IRGA tem muito cuidado, que o mesmo trabalha dentro das  
24 recomendações técnicas, que têm muito trabalho de fomento junto aos produtores, que o IRGA não  
25 é um órgão fiscalizador, mas que está sempre em busca das boas práticas junto aos produtores.  
26 Lembrou que 70% da produção nacional de arroz compete ao RS o que traz a necessidade de  
27 harmonia com as demais cadeias produtivas. Agradeceu e passou a palavra para o Presidente que  
28 agradeceu e se dirigiu aos presentes dizendo que a pauta havia sido esvaziada em função da Oficina  
29 do ZEE/RS, mas que antes teriam que proceder com o item nº 1. **Aprovação da Ata da 104ª Reunião**  
30 **Ordinária, ocorrida no Auditório do IRGA, em 22/11/2016.** A mesma foi aprovada por  
31 unanimidade. Em relação ao item nº 2. **Relato DMAE/CORSAN: tratativas a respeito do evento de**  
32 **gosto e odor na água,** disse que o representante do DMAE foi convidado para falar do evento que  
33 ocorreu novamente, desta vez, depois no Carnaval, que o Comitê foi convocado algumas vezes para  
34 reuniões, disse ocorreria uma breve exposição, mas que no dia seguinte participaria de uma coletiva  
35 de imprensa com os últimos resultados e laudos, na qual o DMAE faria apresentação da justificativa  
36 para o ocorrido. Chamou então, o Engº Químico Marcelo Faccin, que agradeceu a oportunidade  
37 dizendo ser uma satisfação geral do DMAE poder utilizar cinco minutos da reunião para transmitir  
38 sua mensagem, que gostaria de frisar que do ponto de vista técnico, a água de Porto Alegre atende  
39 aos requisitos do Ministério da Saúde. Disse que trabalha desde 1993 no DMAE, que o evento de  
40 gosto e odor é recorrente, cíclico e relacionado ao desenvolvimento de algas cianobactérias no Lago  
41 Guaíba, o qual é manancial de abastecimento de Porto Alegre, que então o DMAE opera 6 Sistemas  
42 de Abastecimento de Água no município, com 5 pontos de captação no Lago, que em maior ou  
43 menos grau são impactados pela presença de metabólitos dos microorganismos que, por maiores  
44 que sejam os critérios e técnicas adotadas no tratamento, acabam persistindo, na unidade de  
45 nanogramas, manifestando odor terroso, porém nos ensaios contratados já se pôde verificar  
46 declínio. Reforçou o exposto pelo presidente no concernente à coletiva de imprensa, que além do  
47 Comitê, convidaram a ABES/RS, a Academia em geral, para uma visita orientada pela ETA Menino  
48 Deus, para conhecerem os laboratórios do DMAE e finalizar com a coletiva na qual apresentarão os  
49 dados para a sociedade. Que tão logo aconteça, serão divulgadas pelo site da Prefeitura/DMAE as  
50 informações pertinentes. Agradeceu e desejou boa reunião. O Presidente ressaltou que tão logo  
51 acontecerem os primeiros eventos, o DMAE chamou o Comitê para todas as reuniões. Passou para o  
52 item nº 3. **Oficina de Pré-diagnóstico do Zoneamento Ecológico e Econômico do RS – ZEE/RS** e  
53 chamou Ana Flávia Prado, Coordenadora do Projeto para iniciar a Oficina. Ana Flávia procedeu com  
54 o cerimonial, agradecendo a presença de todos, anunciando a realização da referida Oficina. Disse

*Água: recurso precioso e finito*



55 que a finalidade daquela etapa do ZEE/RS era levar a todas as regiões do RS o conhecimento sobre o  
56 Projeto e coletar os anseios e percepções dos formadores de opinião, bem como apresentar  
57 algumas caracterizações já identificadas para a etapa de diagnóstico. Que aquela atividade fazia  
58 parte de 20 Oficinas que ocorrerão no período de março a abril em todo o RS, que o ZEE/RS é um  
59 dos instrumentos de auxílio ao planejamento e ordenamento territorial previsto na Política Nacional  
60 do Meio Ambiente, que será a maior compilação de dados georreferenciados do RS, agregando  
61 elementos dos meios biótico, físico, socioeconômico, institucional e legal, reunidos numa base de  
62 dados que servirá de suporte à definição de políticas públicas. Explicou que as dúvidas e  
63 questionamentos seriam aceitas por escrito, nos formulários recebidos na entrada do evento, que  
64 as questões poderiam ser entregues à equipe de suporte do Consórcio ou do Comitê, durante a  
65 explanação e que seriam respondidas no final da Oficina. Que as perguntas que não pudessem ser  
66 respondidas no momento seriam encaminhadas posteriormente por e-mail. Convidou então, a  
67 representante da SEMA/RS, Secretária Adjunta do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Maria  
68 Patrícia Mollmann para fazer uso da palavra. A Secretária Maria Patrícia agradeceu a oportunidade  
69 dada pelo Comitê à equipe técnica do ZEE/RS para a realização da Oficina, disse que optaram por  
70 fazer as primeiras Oficinas nos Comitês e Coredes pelo fato deles já serem fóruns de discussão,  
71 mediação e planejamento, onde há o exercício da representatividade, o que amplia o debate e  
72 qualifica o projeto. Explicou o que é o ZEE/RS, disse que os Zoneamentos já existentes como da  
73 Silvicultura, da Energia Eólica visam atender critérios de licenciamento ao passo que o ZEE/RS é uma  
74 ferramenta de planejamento da gestão pública em todas as esferas, portanto, um  
75 macrozoneamento. Que não é em escala de detalhe, citou a Proposta de Zoneamento Ambiental  
76 para a atividade de Mineração no Lago Guaíba, disse que o ZEE/RS fornecerá dados no que tange à  
77 batimetria para a Proposta, ainda dados de socioeconomia, porém, não terá como foco o  
78 detalhamento, que será sim um instrumento de auxílio ao planejamento e ordenamento territorial  
79 estadual com o objetivo tornar-se uma ferramenta fundamental para subsidiar a tomada de decisão  
80 quanto a planos, programas, projetos e atividades que direta ou indiretamente utilizem recursos  
81 naturais e a biodiversidade. Que os dados foram buscados em várias áreas do conhecimento, como  
82 Secretarias, Fundações, Planos de Bacia, com a finalidade de agrupá-los e obter assim a  
83 caracterização do RS em suas mais variadas facetas sejam econômicas, sociais ou ambientais, com  
84 base técnica adequada. Que futuramente licenciamentos poderão ser simplificados em função de o  
85 ZEE/RS permitir conhecer as características de cada região. No concernente à questão legal, referiu  
86 que desde 1981, na Política Nacional do Meio Ambiente há a previsão de Zoneamento Ambiental  
87 como ferramenta de planejamento. Com o Decreto nº 4297/2002 de regulamentação definiu-se um  
88 termo mais adequado vindo então a ser chamado de ZEE, que o ZEE/RS está inserido no projeto do  
89 ZEE do Brasil, que o mesmo segue diretrizes da Comissão Nacional do ZEE a fim de que o mesmo  
90 ultrapasse fronteiras. Citou também o Código Florestal que estabeleceu prazo de 5 anos para que os  
91 Estados elaborem seus ZEE's, que o ZEE/RS tramita desde 2012, que trata-se de um projeto de  
92 dimensões gigantescas, que SEMA até teria competência técnica para conduzir, porém, haveria a  
93 necessidade de parar o licenciamento, por exemplo, então, com recursos do Banco Mundial, em foi  
94 formada a Comissão Estadual do ZEE, onde a SEMA apenas coordena, há a colaboração de diversas  
95 Secretarias, que seguiram com a elaboração do TDR, licitação internacional e contratação, então  
96 desde 2016 o projeto está em execução. Falou que o ZEE/RS também dialoga com os Planos  
97 Diretores, reforçando que o Estado não faz nada sozinho, ainda mais um Projeto desta envergadura,  
98 que necessita conhecimento interdisciplinar. Demonstrou a estrutura do ZEE/RS do ponto de vista

### *Água: recurso precioso e finito*



99 da colaboração, onde existe a Comissão Estadual, instância máxima, com apoio das Secretarias de  
100 Agricultura, Desenvolvimento Rural, Transportes, Minas e Energia, EMATER e acompanhamento  
101 técnico da Câmara Técnica de Planejamento, afirmou que desde o início do ZEE/RS as instituições  
102 que fazem parte do CONSEMA avaliam ponto a ponto, produto a produto, para darem suporte às  
103 decisões, que a SEMA disponibilizou uma equipe técnica SEMA/FEPAM/FEE, além da empresa  
104 contratada que conta com mais de 50 profissionais que fornecem os subsídios técnicos para as  
105 decisões. Disse que a sociedade vem participando por intermédio do CONSEMA, que no momento a  
106 participação estava sendo ampliada por meio realização da Oficina junto aos Comitês e Coredes.  
107 Citou também as entidades convidadas, as quais tem colaborado com questionamentos. Enfatizou  
108 que aquela era uma fase de pré-diagnóstico, que o intuito da Oficina era apresentar os resultados  
109 preliminares das etapas que já haviam sido alcançadas até ali, com a possibilidade de  
110 complementação, que quando voltarem com a Oficina de Diagnóstico, será com os dados fechados,  
111 que todos deveriam prestar atenção e contribuir para que quando chegarem na fase de diagnóstico,  
112 tenham a realidade do RS no que tange a ZEE. Concluiu agradecendo novamente a oportunidade,  
113 reiterando a importância da participação da sociedade na elaboração de um bom ZEE para o RS,  
114 para que o mesmo sirva como ferramenta de gestão coerente com o planejamento das políticas  
115 públicas. O Presidente informou que o representante dos Comitês de Bacia neste trabalho são  
116 André Oliveira, servidor do IRGA e Eduardo Stumpf e a Secretária informou que Eduardo Stumpf é  
117 presidente do CONSEMA e entusiasta da ferramenta, que têm também um representante do CRH  
118 na Câmara Técnica de Planejamento e agora estão aguardando a indicação do representante dos  
119 Coredes para o CONSEMA, haja vista sua capacidade de articulação. O Presidente disse que era  
120 exatamente aquilo que queria relatar, que Eduardo Stumpf faz sempre uma síntese das reuniões,  
121 distribui para os Conselheiros e demais interessados, contribuindo para enriquecer os debates. Ana  
122 Flávia prosseguiu com o cerimonial, esclarecendo que além das contribuições que seriam realizadas  
123 ali, haveria a disponibilidade de fazê-las no período de dez dias via site, oferecida somente aos  
124 participantes que preencheram a Lista de Presença. Que também no site estava disponível para  
125 download o Relatório Síntese da fase de Pré Diagnóstico e o Formulário de contribuição destinado a  
126 receber as contribuições dos Comitês de Bacia e Coredes, os quais teriam prazo de 30 dias para  
127 apreciação do material. Informou que a condução da atividade seria feita pela equipe executora do  
128 ZEE/RS, os Coordenadores Técnicos Marlos Batista, Tatiana Silva e Gustav Gorski, além do Dr.  
129 Milton Asmus, que integra a equipe de Coordenação Metodológica do ZEE/RS, é Professor de  
130 Oceanografia da FURG, trabalha com Planejamento e Gestão de Sistemas Ambientais no Grupo de  
131 Gestão com base Sistêmica da FURG, Professor Titular do Programa de Pós Graduação em  
132 Gerenciamento Costeiro da FURG e membro do Grupo de Avaliação Nacional do ZEE Costeiro pelo  
133 Ministério do Meio Ambiente. Dando continuidade, passou a palavra para o Coordenador Marlos  
134 Henrique Batista, Mestre em Sensoriamento Remoto pela UFRGS, Diretor de Engenharia da  
135 empresa Codex Remote, Representante Legal e Coordenador de Sensoriamento Remoto do  
136 Consórcio executor do ZEE/RS. Marlos cumprimentou os presentes, falou que o ZEE era um desafio  
137 por se tratar de um instrumento que relacionava dois termos polêmicos, Ecologia e Economia, que  
138 era necessário entender a finalidade do instrumento, para quê será utilizada a ferramenta, entre  
139 outros. Disse que o Zoneamento Ecológico-Econômico se propõe a desenvolver uma ferramenta  
140 clara para que a sociedade e os empreendedores conheçam previamente as peculiaridades,  
141 vulnerabilidades e potencialidades do território bem como as exigências ambientais, antes de se  
142 instalarem em um determinado local ou região. Prosseguiu apresentando em data show o ZEE/ES,

### *Água: recurso precioso e finito*



143 dizendo que a analogia se faria de forma didática para elucidar e desmistificar, que um ZEE é uma  
144 grande maquete do mundo real, foi passando os slides e falando do resultado do cruzamento dos  
145 dados de fragilidades/vulnerabilidades naturais e potencialidades socioeconômicas. Citou também o  
146 exemplo do PR, onde as zonas cruzadas forneceram orientações e caracterizações de áreas  
147 restritivas. Explicou a estrutura metodológica do Projeto de elaboração do ZEE/RS, o qual é  
148 constituído de sete atividades, sendo que a Atividade 1, “Planejamento do projeto”, consiste na  
149 elaboração do plano de trabalho do ZEE-RS, resultando no Produto 1. A Atividade 2, “Participação da  
150 sociedade no processo de construção do ZEE-RS”, constitui-se na elaboração do planejamento das  
151 oficinas participativas do ZEE, o Produto 2 do projeto. A participação da sociedade permeia todas as  
152 atividades, contando com as contribuições de gestores públicos e instituições representativas para a  
153 obtenção de resultados que cumpram a função de possibilitar o desenvolvimento sustentável em  
154 todos os seus aspectos. O ZEE-RS vem sendo discutido sistematicamente junto à Câmara Técnica de  
155 Planejamento Ambiental do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Na  
156 Atividade 3, “Inventário ambiental, socioeconômico e legal”, é realizado o levantamento de toda a  
157 informação disponível relacionada aos objetivos do projeto no âmbito dos meios físico, biótico,  
158 socioeconômico e jurídico institucional. Com exceção do meio jurídico, os demais dados coletados  
159 são passíveis de espacialização, uma vez que são subsídios para a elaboração dos diagnósticos, bem  
160 como para as análises da atividade de prognóstico. Da atividade de inventário, resultam seis  
161 produtos. A Atividade 4, “Diagnósticos do meio natural (físico-biótico), da dinâmica socioeconômica  
162 e da organização jurídico-institucional”, em curso no projeto, baseia-se na elaboração, a partir dos  
163 dados inventariados, de relatórios de status setoriais, ou seja, de fotografias atuais dos diferentes  
164 meios, sejam eles o biótico e o físico, tanto individualmente, quanto dos dois integrados,  
165 representados pelo meio natural; o meio socioeconômico em seus componentes humano, natural e  
166 produtivo; além do meio institucional e jurídico, relacionado aos aspectos legais do ordenamento e  
167 gestão territorial. Essa atividade resulta em 25 produtos, entre mapeamentos e zoneamentos  
168 intermediários. A Atividade 5, “Prognóstico”, consiste na proposição de unidades de planejamento  
169 (compostas por áreas homogêneas) e na caracterização delas em termos de fragilidades e  
170 potencialidades, com base nas informações produzidas na fase de diagnóstico. Essas informações,  
171 neste momento já organizadas e disponíveis por unidades de planejamento, fornecem a base para a  
172 proposição de diretrizes de conservação e desenvolvimento, uma vez que possibilitam a  
173 identificação das áreas onde o uso pode ser encorajado, das que apresentam conflitos e  
174 necessidades especiais, bem como das que requerem proteção ou conservação. Dessa atividade,  
175 resultam 11 produtos. A Atividade 6, “Modelagem e implementação de uma ferramenta de  
176 tecnologia da informação (TI)” consiste na elaboração de uma ferramenta que contemple  
177 características de integração temática, funcionalidades de consultas espaciais, além da gestão e  
178 disponibilização das informações pertinentes e relacionadas ao ZEE-RS. Também prevê o  
179 treinamento sobre o uso do software à equipe gestora do projeto. Serão gerados dois produtos  
180 nessa atividade. A Atividade 7, “Estratégias para implementação legal do ZEE-RS”, visa discutir as  
181 formas jurídicas e institucionais da implantação do zoneamento, resultando em uma minuta de  
182 proposta de instrumento legal, que consiste no produto final do projeto de elaboração do ZEE-RS.  
183 Sobre os Resultados e benefícios esperados, disse que o ZEE, ao dispor de um mecanismo integrado  
184 de diagnóstico e de proposição de diretrizes pactuadas de ação, pode contribuir para que o sistema  
185 de planejamento oriente os esforços de investimentos do governo e da sociedade civil segundo as  
186 peculiaridades das áreas definidas como zonas e tratadas como unidades de planejamento. Que

### *Água: recurso precioso e finito*



187 entre entre os resultados finais específicos esperados, almeja-se que o ZEE-RS identifique problemas  
188 ambientais, tais como áreas degradadas e usos inadequados. Por outro lado, também objetiva-se  
189 detectar oportunidades de uso dos recursos naturais, como áreas potenciais à implantação de  
190 unidades de conservação e de grande relevância patrimonial. Em suma, tenciona-se que o ZEE-RS  
191 delimite áreas prioritárias para conservação, preservação e recuperação ambiental, bem como para  
192 o desenvolvimento econômico. O grande volume de informações e dados levantados para a geração  
193 desses resultados terá como atividade paralela a elaboração de um banco de dados atrelado a um  
194 Sistema de Informações Geográficas, em constante abastecimento até o final do projeto. A respeito  
195 da escala cartográfica adotada, disse que em termos geográficos, o Zoneamento Ecológico  
196 Econômico do RS contemplará todos os municípios do Estado, que o grau de detalhamento das  
197 informações que servirão de base para a elaboração do ZEE-RS é equivalente à escala 1:250.000, ou  
198 1:100.000, quando disponível. Como exemplo, foi demonstrando a visualização de curso hídrico nas  
199 diferentes escalas. Referiu que todas as informações espaciais de base para o ZEE-RS,  
200 independentemente da escala, estarão disponíveis em um sistema de informações geográficas a ser  
201 implementado na SEMA e encerrou sua fala. Prosseguindo com o cerimonial, Ana Flávia Prado  
202 chamou para apresentação da coordenadora Tatiana Silva, Doutora em Oceanografia Física, Química  
203 e Geológica, Professora Adjunta do Departamento de Geodésia do Instituto de Geociências da  
204 UFRGS, Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Sensoriamento Remoto da  
205 UFRGS, Professora Colaboradora do Programa de Pós Graduação em Gerenciamento Costeiro da  
206 FURG e Coordenadora Metodológica do ZEE/RS. Tatiana reafirmou os objetivos da Oficina e com  
207 uso de projeção via data show, atentou para o fato de que mais importante do que os resultados  
208 preliminares da atividade de diagnóstico dos meios físico, biótico, socioeconômico e jurídico-  
209 institucional, propriamente ditos, era a estrutura metodológica do diagnóstico, subdividida em  
210 meios, fatores condicionantes, indicadores e variáveis. Falou das Zonas de preservação,  
211 conservação, desenvolvimento e recuperação, apresentadas no Termo de Referência e como,  
212 através dos milhares de dados, podem classificar diferentes unidades de planejamento para chegar  
213 a elas. Sobre os meios, componentes (para dados socioeconômicos exclusivamente) e indicadores/  
214 variáveis que formam a estrutura metodológica do ZEE-RS, falou que os fatores condicionantes  
215 determinam as condições de um meio/componente e podem ser representados por indicadores  
216 para expressar a dinâmica das unidades territoriais, que os meios e componentes, portanto, estão  
217 relacionados a fatores condicionantes, que são parâmetros determinantes de um processo natural  
218 ou humano, e que podem ser representados por uma, ou mais variáveis e que variáveis, por sua  
219 vez, podem ser representadas por indicadores, que consistem em uma medida de um dado ou de  
220 uma informação, quantitativa ou qualitativa, que serve de evidência do fator condicionante  
221 respectivo. Que no trabalho, a avaliação do meio físico é realizada por meio de cinco fatores  
222 condicionantes: condições climáticas, vulnerabilidade dos recursos hídricos superficiais,  
223 vulnerabilidade à contaminação de águas subterrâneas, disponibilidade dos recursos hídricos  
224 subterrâneos e vulnerabilidade à erosão dos solos. No concernente ao meio biótico, referiu que o  
225 mesmo será estruturado em sete fatores condicionantes, 1. Integridade dos ecossistemas; 2. Perda  
226 da biodiversidade; 3. Áreas prioritárias para a biodiversidade; 4. Espécies ameaçadas de extinção; 5.  
227 Áreas de interesse especial para conservação; 6. Áreas de interesse para restauração; 7. Áreas  
228 legalmente protegidas. Sobre o meio socioeconômico, referiu os componentes natural, produtivo e  
229 humano, cada um deles possuindo quatro fatores condicionantes. Já sobre a estrutura  
230 metodológica do componente institucional, disse que a mesma é composta de três fatores

### *Água: recurso precioso e finito*



231 condicionantes. Chamou atenção para o fato de o ZEE/RS buscar uso compartilhado dos espaços e  
232 não gerar zonas de exclusão ou restrição, a menos que as mesmas sejam pré-existentes. Passou  
233 para a apresentação de alguns resultados em forma de mapas, salientando que a atividade ainda  
234 não foi concluída, portanto, tratam-se de resultados preliminares e parciais de cada meio, uma vez  
235 que, até o momento, não foram consolidados. Ou seja, exibiram ali apenas uma pequena amostra  
236 de indicadores ou fatores condicionantes espacializados, com a intenção de expô-los no documento  
237 e evidenciar à sociedade o andamento do trabalho, assim como oportunizar o entendimento do  
238 tipo de informação que está sendo gerada, disse que resultados consolidados de cada meio serão  
239 apresentados à sociedade nas oficinas participativas previstas para os meses de maio e junho, em dez  
240 diferentes locais do Estado. Nessas ocasiões, a sociedade terá a oportunidade de conhecer os dados  
241 e discutí-los com a equipe desenvolvedora do ZEE-RS. Finalizou, passando a palavra para Ana Flávia,  
242 que em continuação ao cerimonial, chamou o Coordenador Gustav Gorski, Mestre em Economia  
243 Aplicada pela UFRGS, Sócio e Economista Chefe da GAP Economics e Coordenador de  
244 Socioeconomia do ZEE/RS e aproveitou para solicitar que os questionamentos feitos nos  
245 formulários fossem entregues para ela a fim de proceder com as respostas ao final da apresentação.  
246 Gustav iniciou referindo que no meio socioeconômico, também foi considerada a estrutura  
247 metodológica em que a avaliação das potencialidades socioeconômicas das unidades territoriais  
248 considera a relação entre os fatores dinâmicos e os fatores restritivos - em termos econômicos,  
249 sociais e políticos - a partir de grupos de parâmetros considerados como componentes básicos para  
250 o desenvolvimento sustentável: potencial natural, humano e produtivo. Demonstrou os  
251 Componentes natural (Histórico de ocupação, Utilização das terras, Estrutura fundiária, Recursos  
252 minerais), humano (Demografia, Condições sociais, Patrimônio, Comunidades tradicionais e  
253 produtivo (Infraestrutura energética, Infraestrutura viária, Infraestrutura de telecomunicação,  
254 Atividades econômicas produtivas). Reforçou que este último deve diagnosticar a capacidade  
255 produtiva dos municípios do Rio Grande do Sul, a qual está intimamente relacionada às condições  
256 gerais de infraestrutura e às atividades econômicas. Salientou o exposto no mapa, a dinâmica  
257 econômica dos municípios, tendo por base a conjuntura econômica dos setores de serviços,  
258 administração pública, agropecuária e indústria e a estrutura da economia, expressa pelo padrão  
259 locacional de emprego formal, que sua construção integra os resultados dos indicadores Quociente  
260 Locacional e Taxa Composta de Crescimento. Falou da infraestrutura viária e seus gargalos atuais na  
261 conjuntura econômica e finalizou passando a palavra para Ana Flávia que mostrou o Mapa das  
262 regiões onde o ZEE está sendo apresentado, dizendo que são 16 regiões onde serão recebidos por  
263 Comitês de Bacia e quatro regiões onde serão recebidos por Coredes, convidou todos a  
264 acompanharem o andamento das etapas acessando o Site: <http://zee.rs.gov.br> e passou a palavra  
265 para Milton Asmus para finalizar. Milton chamou atenção para o enfoque sistêmico que foi dado ao  
266 trabalho, onde a ideia não é compilar dados e sim partir de uma concepção de sistemas ambientais,  
267 utilizando-se da dinâmica dos mesmos para que toda e qualquer atividade econômica se relacione  
268 com a característica ambiental, os chamados serviços ecossistêmicos. Assim, reiterou que para o  
269 esforço de tentar classificar sistemas ambientais, é interessante tipificar suas principais  
270 características, quer de regulação de clima ou de facilidade econômica, por exemplo. Finalizou  
271 dizendo que não existe receita específica para cada setor, que um ZEE não substitui os  
272 Zoneamentos setoriais, mas sim contribui para melhorar suas bases. Na sequência, Ana Prado  
273 iniciou a leitura dos questionamentos. O primeiro foi sobre como se darão os controles acerca do  
274 avanço desordenado das monoculturas. Milton respondeu que tratava-se de um ponto

### *Água: recurso precioso e finito*



275 anteriormente discutido, onde fora explicado que o ZEE não é setorial, que o mesmo não será  
276 instrumento de monitoramento nem fiscalização e sim de diretrizes para o planejamento e que a  
277 questão deverá ser tratada juntamente ao setor. O próximo questionamento foi: “Como os direitos  
278 minerários estão sendo considerados e pontuados nos estudos que resultarão no ZEE/RS?” e a  
279 Secretária Adjunta da SEMA, Maria Patrícia disse que não cabe ao ZEE/RS tratar de direitos  
280 minerários e Tatiana reforçou que estes temas entram no Diagnóstico, onde trabalham com  
281 Unidades de Planejamento, e na fase de Prognóstico cada uma delas terá uma série de itens que as  
282 caracterizarão, com fragilidades, potencialidades e sobreposições de uso, não só do território mas  
283 dos recursos oferecidos por cada uma destas Unidades de Planejamento, e que como as atividades  
284 setoriais são vistas dentro do Zoneamento no momento do Prognóstico, onde os benefícios trazidos  
285 por tais serviços são utilizados para diferentes fins, então, é sabido que determinadas unidades são  
286 mais “cobiçadas” por conterem múltiplas funcionalidades que favorecem mais de um tipo de  
287 atividade. Assim verificarão as áreas onde há necessidade de maior esforço de compatibilidade,  
288 vindo estas a se tornarem focos de geração de cenários na fase de prognóstico. Terceiro  
289 questionamento: “Foram utilizados EIA’s executados no Estado ou apenas estudos científicos?”  
290 Marlos respondeu que não, porque não compete, pois EIA não é objeto fornecido na escala de  
291 estudo do ZEE, haja vista que a mesma é muito mais detalhada em comparação àquela adotada  
292 pelo ZEE. Referiu os dados apresentados por Gustav, de infraestrutura vária, disse que tais dados  
293 são da Secretaria da Fazenda, de movimentação fiscal para poder fazer o mapeamento, oficiais.  
294 Quarto questionamento, dividido em dois: “Como metodologia, na análise citacional dos dados  
295 econômicos e sociais ameniza os efeitos da crise econômica grave pela qual passa o Estado e o País.  
296 Alguns segmentos econômicos sofrem mais que outros com a crise. As sequencias históricas  
297 indicam profundas desigualdades nos últimos três ou quatro anos? Serão usados na base de dados  
298 os 28 Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional elaborados ou em elaboração pelos Fóruns  
299 dos Coredes do RS?” Marlos respondeu que os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional  
300 elaborados ou em elaboração pelos Fóruns dos Coredes do RS serão utilizados. Em relação aos  
301 dados econômicos, disse que tiveram grande dificuldade em refletir a crise que vem assolando o  
302 País e para que o ZEE possa estabelecer diretrizes e entender, são necessários dados  
303 representativos destas crises, que é sabido que a base de dados do IBGE, FEE, não refletem a  
304 realidade da crise, que para isso, foi feito um grande esforço da Secretaria de Meio Ambiente  
305 juntamente à Secretaria da Fazenda a fim de pleitear os dados e os mesmos foram obtidos, que  
306 atualmente dispõem de dados até dezembro de 2016, que obviamente não estarão refletidas todas  
307 as atividades econômicas, devido a filtros e sigilos fiscais, mas que sobre a indústria terão uma  
308 grande quantidade de dados, para caracterizar os períodos de crise, que o ZEE tem esta finalidade,  
309 de planejamento. Quinto questionamento: “Como se dará o uso do ZEE para as demais Secretarias  
310 do Estado, além do uso pela Fepam? Não pergunto de um modo geral, mas prático. O planejamento  
311 se justifica pela sua efetivação”. Secretária Maria Patrícia disse que esta questão foi tratada apenas  
312 na última etapa do ZEE, que é a questão da implementação legal. Que se o ZEE for um bom banco  
313 de dados e a sociedade conhecer e cobrar as políticas públicas de acordo com este planejamento,  
314 também será uma forma de efetivá-lo. Marlos disse que o ZEE não termina junto com a Consultoria,  
315 que existe uma Comissão Estadual constituída, onde diversas Secretarias participam, que o ZEE é  
316 visto como projeto prioritário no Estado. Sobre a Comissão Nacional, recomendou que todos se  
317 apropriassem das tratativas, que assim que for implementado, o ZEE passa a fazer parte da  
318 Política Nacional, servindo de subsídio aos gestores para o destaque das fragilidades e das

### *Água: recurso precioso e finito*





319 potencialidades, assim como de sustentação na busca por recursos e afins. Maria Patrícia agradeceu  
320 novamente o espaço, a oportunidade de apresentação de um projeto tão importante, o qual o  
321 Estado tem desenvolvido com afinco, que o mesmo tem demandado tempo e recurso de  
322 investimento da ordem de 8 milhões de reais, que a intenção é a seriedade e o debate constante a  
323 fim de que não se torne um livro na prateleira, mas sim ferramenta útil, prática e digna de  
324 reconhecimento pela sociedade culminando com sua implementação. O Presidente Manuel  
325 Salvaterra passou a palavra para a Secretária do Comitê, Kelli Andrade para prosseguir com o item  
326 nº 4. **Expediente.** A mesma leu as justificativas de falta os representantes Evandro Colares – DMAE:  
327 férias, Maurem Alves – AGEFLOR: viagem a trabalho, Glaucus Ribeiro - FEPAM: férias, Israel Abreu –  
328 FEVERS: motivos particulares, Guilherme Bica – AMA GUAÍBA: compromissos profissionais.  
329 Prosseguiu informando o recebimento de Solicitação de Anuência da Tenda Negócios Imobiliários, a  
330 qual foi aprovada em reunião de CPA ocorrida em 29/12/16, que em 06/12/16, foi solicitada  
331 alteração dos representantes por meio de Ofício da Secretaria Estadual da Saúde passando a  
332 constar os nomes de Claudia Azevedo e Paulo Dreyssig, que a CORSAN solicitou alteração da  
333 Representante Fatima Warth, que se aposentou por Lariane Brites, que no dia 24/01/17 o Comitê  
334 do Lago deliberou em Reunião e aderiu formalmente ao PROCOMITÊS, que no dia 16/02/17 ocorreu  
335 a Visita Técnica pelo Lago Guaíba, com presença de 35 pessoas, que no dia 17/02/17 foi protocolada  
336 na Secretaria Executiva do FRH a Prestação de Contas referente à execução da parcela 01/04 do  
337 Convênio 013/2016, que em 13/03/17, o Sindicato Rural de Viamão encaminhou Ofício solicitando  
338 vaga na Categoria Produção Rural, porém seguindo o estabelecido na Resolução 28/06 do CRH, que  
339 determina que a decisão deverá ser tomada pelos representantes da Categoria, isto não seria  
340 possível haja vista a ausência de uma representante, uma vez que são apenas dois. Assim, informou  
341 que a apreciação da solicitação seria realizada tão logo os representantes se fizessem presentes. O  
342 Presidente falou da necessidade de convocação de reunião extraordinária para tratar de assuntos  
343 pendentes, dentre eles, o Plano de Ações do Plano da Bacia da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba e  
344 Plano de Ações para Projeto de Comunicação Social. Que Kelli distribuiria o Relatório Executivo no  
345 qual consta o Plano de Ações e que dentro deste Plano, há uma demanda para a contratação de um  
346 Plano de Comunicação. Disse que para isso, foi recebida na última reunião de CPA, uma profissional  
347 de Comunicação que se propôs a fazer uma Oficina, a fim de elaborar um Termo de Referência para  
348 a contratação do referido Plano. Informou a data de 04/04/17, para realização da Reunião  
349 Extraordinária na Veleiros do Sul. Informou também que desde o dia anterior estava acontecendo a  
350 mudança da Sede do Comitê para o IFRS. Em 5. **Assuntos Gerais,** Gelcira Teles falou da Virada  
351 Sustentável que estava ocorrendo em Porto Alegre, que na programação ( de 30/03 a 02/04)  
352 haveria uma tarde para tratarem da Orla, disse que não tinha nenhum representante do Comitê do  
353 Lago Guaíba inscrito, que iria, mas que achava pertinente a participação de mais membros, que  
354 encaminharia o Convite para todos. O Presidente chamou atenção para o fato de que na Revista do  
355 Plano de Bacia também havia o Quadro Síntese do Plano de Ações, agradeceu a presença,  
356 parabenizou o quórum de 97 participantes e encerrou a reunião.

357  
358  
359  
360  
361  
362

Manuel Salvaterra  
Presidente

Paulo César C. Germano  
Vice-Presidente

Kelli Nascimento Andrade  
Secretária Executiva

*Água: recurso precioso e finito*